

Intercom 29º. Congresso, 2006

Multicom

Coordenadora: Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama (ECA-USP)

Gênero e cidadania: experiências no ensino e pesquisa de comunicação¹

Alice Mitika Koshiyama – Professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)²

Cláudia Regina Lahni - Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ³

Maria Otilia Bocchini - Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)⁴

Resumo

A mesa é formada por pesquisadoras e docentes com perspectiva feminista da questão de gênero e com proposta de cidadania plena para todas as mulheres, como seres com direitos civis, políticos e sociais. Algumas questões, já trabalhadas em pesquisas acadêmicas, no ensino de jornalismo e editoração, e em projetos de extensão social serão apresentadas e problematizadas para avaliação e debate dos participantes do evento. Reflexão sobre história, gênero e feminismo. A perspectiva de gênero nos meios de comunicação. Práticas acadêmicas em pesquisa na graduação e na pós-graduação. Disciplinas do currículo e questão de gênero. Atividades de extensão nas escolas e universidades.

Palavras-chave: comunicação, gênero, feminismo, ensino, pesquisa, extensão.

1. Justificativa do tema

O grupo registra sua preocupação com a inexpressiva posição das questões de gênero no âmbito das atividades da INTERCOM. E reconhece que o empenho para que

¹ Mesa apresentada no Multicom – Colóquios Multitemáticos em Comunicação

² Professora na graduação em Jornalismo e na pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Mestre em Comunicação pela ECA-USP e doutora em Literatura Brasileira pela FFLCH-USP. Jornalista e Livre-Docente em Jornalismo pela USP. Pesquisa e ensino de história e comunicação; jornalismo, história, cidadania, gênero e trabalho. E-mail: alicemitika@yahoo.com

³ Professora efetiva da Facom-UFJF. Jornalista formada pela PUC-Campinas, mestra e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Coordenadora do projeto de extensão Programa de Mulher. E-mail: crlahni@yahoo.com.br

⁴ Maria Otilia Bocchini é mestre em Comunicação Social pelo IMESP e doutora em Ciências da Comunicação pela ECAUSP, é autora de Para Escrever Bem (com M.Elena O.Assumpção), Manole, 2002. É docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP, membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania da ECAUSP. Pesquisadora de livros didáticos, redação de texto acessível e comunicação pública. E-mail: otiliabocchini@uol.com.br

se façam pesquisas e a divulgação de atividades é parte do trabalho de todos os integrantes de uma associação. A ausência não significa necessariamente uma falta de atividades ligadas ao tema, mas denota que pessoas que trabalham com o tema estão em outros lugares ou o consideram uma pauta menos relevante.

Organizamos este evento como um início de um balanço sobre como podemos com maior frequência e organização, estudar e expor as possibilidades de trabalho de pesquisa, ensino e extensão a propósito da questão de gênero.

Consideramos o tema de relevância para a construção da cidadania no Brasil e sabemos da sua importância para a valorização do gênero humano. Espera-se oferecer e colher informações para que a perspectiva de gênero e feminismo possa vir a ser parte do cotidiano das escolas de comunicação no país, e com o tempo, parte do cotidiano de todas as mulheres. Com esta mesa procuramos detectar elementos para uma formação mais sistemática na questão de gênero, de docentes e discentes que atuam na área, e com isso elevar o nível das atividades destinadas a formação de comunicadores cidadãos.

2. Comunicação, Feminismo e História : campo de pesquisa

Profa. Alice Mitika Koshiyama

As mulheres que conhecem e aceitam os valores de uma cultura feminista, sabem da importância de transmitir o que se acumulou. E as que viveram a experiência feminista dos anos sessenta do século passado e mantem os seus princípios, procuram de todas as formas não fechar os caminhos abertos, e se possível, ampliar as trilhas abertas. Há uma percepção da importância de continuar um trabalho de explicar o que é feminismo em todos os lugares da sociedade, para homens e principalmente para as mulheres nos lares, nas empresas, nas escolas, nos partidos políticos, nos sindicatos e nas igrejas.

Temos uma visão militante sobre a relação entre o feminismo e a vida quotidiana das mulheres e cremos que a pesquisa acadêmica, ao ser executada com parâmetros científicos, permite desvendar facetas da realidade para que se possa interferir para mudar o que nos prejudica.

Encontramos no *site* da SOF -- Sempre Viva Organização Feminista, uma proposição que expressa nosso ponto de vista ideológico sobre gênero e feminismo:

Trabalhamos para difundir o feminismo em amplos setores da sociedade e sensibilizar atrizes e atores sociais que lutam pela

ampliação da cidadania, a fim de comprometê-los com a igualdade entre mulheres e homens. Compreendemos que as relações de gênero se articulam com as de classe, raça e etnia, e que o feminismo é um elemento constitutivo de um projeto global de transformação da sociedade que se propõe a criar condições de cidadania e igualdade para todas e todos. A reafirmação da igualdade não se faz em detrimento das diferenças, mas acreditamos na possibilidade de processos coletivos, em que se estabeleça um compromisso ético-político comum, sintonizado com as questões apresentadas pelo momento histórico atual

A construção da cidadania da mulher é duplamente relacionada com o conceito de lugar social: o lugar social das mulheres na história e o lugar social dos historiadores que elegem a história das mulheres como tema de pesquisa. Apoiamos a perspectiva teórica do historiador Certeau, no capítulo sobre a operação histórica de *A Escrita da História*. Ao definir a pesquisa histórica como um permanente preenchimento de lacunas anteriormente deixadas por outros pesquisadores, e reconhecer que novas questões são formuladas a partir de problemas vivenciados pelas transformações na cultura, autoriza-nos a ver a possibilidade de mudanças nos projetos de participação social das mulheres na história.

A legitimação de uma história das mulheres nas últimas décadas aconteceu paralelamente ao desenvolvimento de movimentos organizados em defesa dos direitos de cidadania como questão de gênero, classe, raça, na busca da cidadania plena. A própria transformação da pesquisa histórica, hoje, permite-nos aprofundar indagações sobre o mundo feminino, seu passado e suas possibilidades para o futuro.

Há uma valorização da história da vida cotidiana como tema de pesquisa acadêmica e um novo olhar sobre a vida privada para a qual se reconhecem abordagens específicas. Detectar como nasciam, viviam e morriam as pessoas deixa de ser uma simples curiosidade, tudo permite uma melhor compreensão dos usos e costumes da vida presente.

Portanto, a valorização dos estudos sobre vida cotidiana, no qual se incluem temas com a ótica de gênero, não é um mero modismo acadêmico. Ao estudar a organização das sociedades percebemos que há alguns valores permanentes que distinguem o gênero humano, conforme nos demonstra Agnes Heller em *O cotidiano e a história*. Para ela, as transformações da sociedade são acompanhadas pelas transformações dos valores dominantes.

Notamos que há um potencial campo de estudos para a comunicação no exame da questão de gênero no Brasil. Há vários centros de pesquisas em

universidades, organizações não governamentais e movimentos sociais com perspectivas de gênero. Com diversidades nas abordagens do tema, que explicam as divergências de interpretações sobre temas que envolvem a vida das mulheres na sociedade, como há diversidade de interesses no campo social, econômico e político.

Temos convergências no reconhecimento das condições históricas e sociais que veicularam a ideologia da inferioridade e da subalternidade das mulheres. Notamos o papel essencial da informação na família, na igreja, no estado e nos meios de comunicação social.

As pesquisas permitem propor políticas públicas a favor de interesses das mulheres no campo dos direitos civis, sociais e econômicos. Pois informam os entraves para o atendimento das necessidades das mulheres na atualidade e detectam possibilidades de ações coletivas de grupos de mulheres em políticas afirmativas de gênero, como a luta contra a violência.

Ao mesmo tempo, defendemos a necessidade de construir a partir das pesquisas acadêmicas -- na iniciação científica, nos trabalhos de conclusão de cursos e nas atividades de extensão das universidades -- um campo para aprender a conhecer melhor a vida cotidiana das mulheres. Aquelas mulheres que estão próximas das pesquisadoras nos locais de trabalho, na família, nos espaços de lazer, nos grupos de ação política, religiosa e escolar.

Citamos, em nossa bibliografia, alguns trabalhos que detalharemos em nossa mesa temática como exemplos de pesquisas possíveis de serem feitas e divulgadas a partir das orientações adotadas em nosso grupo Jornalismo e Construção da Cidadania que se organizou na ECA-USP, a partir de 1996.

3. Elementos da cultura feminista no ensino da edição de livros didáticos

Profa. Maria Otilia Bocchini

Nos anos das décadas de 1970 e 1980, circulavam no Brasil três textos importantes para uma visão crítica da questão de gênero, especialmente no âmbito da educação de crianças e jovens. A educação diferenciada segundo papéis sexuais predeterminados e redutores aparecia em Elena Gianini Belotti, já em 1975. Entre 1975 e 1980, Fúlvia Rosemberg coordenou uma pesquisa sobre Análise de Modelos Culturais na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira (com apoio da Fundação Carlos Chagas e do

INEP), publicando, em 1985, o livro *Literatura infantil e ideologia*. Em 1989, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo lançou, em tradução brasileira, *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*, de Andrée Michel. A edição original (*Non aux stereotypes*) era da Unesco e havia saído em Paris em 1986.

O livro de Elena Gianini Belotti, *O descondicionalismo da mulher*, foi editado pela Vozes em 1975 (traduzido do original italiano *Dalla parte delle bambine*). Dez anos depois, alcançava a 5ª edição, com o título *Educar para a submissão: O descondicionalismo da mulher*. Esse livro dava conta de pesquisas sobre o conteúdo sexista da literatura infantil realizadas nos Estados Unidos, na França e na Itália no início dos anos da década de 1970. E todo um capítulo era dedicado aos procedimentos escolares de educação das meninas para a submissão.⁵

Em *Literatura infantil e ideologia*, Fúlvia Rosemberg apontava, na literatura estudada⁶, "a ocorrência de preconceito acintoso e revoltante -- sexual, étnico-racial e econômico -- ao lado de um discurso educativo, emulador de altos princípios éticos" (p.77).

O livro de André Michel conceituava os estereótipos sexistas em operação na sociedade, na escola e nos manuais escolares, fazia recomendações para sua identificação nos livros e apresentava um guia sucinto para a criação de obras não sexistas.

A partir de 1996, a avaliação federal dos livros didáticos colocou como um dos critérios de exclusão da lista de recomendados "a expressão de preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação que estejam em desacordo com a constituição brasileira" (*Guia*, 1996:11-12). As referências bibliográficas desse *Guia* indicavam que os avaliadores ignoraram as contribuições da pesquisa acadêmica brasileira então mais recentes sobre a questão do preconceito contra as mulheres e de outras obras importantes, entre as quais as de Belotti, Rosemberg e

⁵ Em 1988, Dulce Whitaker, professora de Sociologia da Unesp, publicou *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*, dedicando um capítulo (A escola não está inocente) ao que chamou de problemas sexistas da escolaridade, em que, entre outras coisas, debate idéias de Elena Belotti. Entre as cinco sugestões de leitura, ao final do volume, lá está o livro de Belotti.

⁶ A amostra foi composta por 168 livros infanto-juvenis brasileiros editados ou reeditados entre 1955 e 1975, 626 estórias, 4.694 personagens ilustrados, 8.048 personagens e 9.972 comportamentos contidos no texto (Rosemberg, 1975: 33-43)

Michel apresentadas neste texto.

Confiaram os avaliadores em seu senso comum que, no caso, confundiu-se com a ideologia sexista dominante na sociedade, entendido sexismo como "as práticas, os preconceitos e as ideologias que desvalorizam e inferiorizam as mulheres em relação aos homens" (Michel, 1989:13). Os avaliadores, todos eles especialistas ligados a universidades, deixaram passar vários elementos de estereotipia, preconceito e discriminação acintosos e revoltantes, avaliando, como isentos de preconceitos, livros que deles estavam carregados.⁷

O problema foi verificado, por exemplo, nos livros de Ciências de 1ª a 4ª séries com melhor avaliação naquele *Guia*. Havia nos quatro volumes um total de 553 ilustrações de pessoas e a análise delas em conjunto mostrou que veiculavam forte expressão de preconceito contra mulheres e cores-etnias não-brancas.

CRIANÇAS

Meninos brancos 255 60%

Meninos negros 21 4,95%

Meninas brancas 149 35,05%

Meninas negras --- -----

Total 525 100%

ADULTOS

Homens brancos 85 66,4%

Homens negros 2 1,5%

Mulheres brancas 30 23,4%

⁷ Na planilha de avaliação, os examinadores deveriam responder "sim" ou "não" à seguinte afirmação: "Textos e ilustrações respeitam as diferentes etnias, gêneros, classes sociais, evitando criar estereótipos e preconceitos prejudiciais à construção da cidadania".

Mulheres negras 1 0,7%

Total 128 100%

Em termos quantitativos o preconceito manifestava-se por meio de

- a. Sub-representação abusiva de meninas (em vez de metade, um terço do total de crianças representadas) e mulheres adultas (em vez de metade, um quarto do total de adultos representados)
- b. Exclusão absoluta. Não havia uma só menina negra representada em nenhum dos quatro volumes.⁸

Do ponto de vista qualitativo, as figuras humanas representadas foram observadas no contexto ilustrado, verificando-se a proeminência, os atributos e os comportamentos. O preconceito mostrou-se ainda mais forte, com expressiva presença de estereótipos de subalternidade para personagens femininas nos campos profissional, social, familiar e de competência em atividades associadas às ciências.

Os livros reafirmam o preconceito de que o campo das ciências seria apropriado quase que exclusivamente para pessoas brancas do sexo masculino. Meninos e homens brancos predominam abusivamente como protagonistas de ações em geral e de uso de instrumentos e aparelhos (binóculo, microscópio, computador). Meninas predominam em posturas de mera observação de atividades exercidas por meninos ou apresentam-se como auxiliadoras da atividade deles. É típica a ilustração da menina que traz a lâmina para que o menino a observe ao microscópio. É típica a ilustração da menina observando pássaros a olho nu, enquanto o colega está munido de um binóculo para o mesmo fim.⁹

⁸ Como a população tem uma divisão equitativa entre homens e mulheres, a metade é a proporção que serve como parâmetro. A questão adquire outros contornos quando se trata de construir parâmetro para analisar a representação quantitativa de pessoas de cores -etnias não brancas e será debatida em outro trabalho.

⁹ Aos meninos negros cabem tarefas ainda mais desqualificadas do que as das meninas: enquanto as crianças brancas estão de pé fazendo anotações e aparentemente conversando sobre o trabalho, o menino negro está agachado ou ajoelhado recolhendo terra e plantas para a experiência do trabalho em grupo. A atribuição de trabalho braçal dessa ordem ao garoto negro faz pensar que as referências do ilustrador e do editor estão ainda no período da escravidão.

Desde a década de 1980, como até hoje, a cidade de São Paulo concentrava as mais importantes editoras de livros didáticos do país e esse setor da indústria editorial já vinha incluindo em seus quadros recém-formados do curso de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Diante desse quadro, adquiria maior relevância, no currículo do curso de Editoração, a disciplina Edição de Livros Didáticos e Paradidáticos. Entre os objetivos dessa disciplina, estavam o de discutir a responsabilidade social do editor de livros para uso de escolares e o de dar formação específica para que na edição de obras sob sua gestão profissional procurassem diligentemente evitar a presença, no texto e nas ilustrações, de estereótipos, preconceitos e discriminações de ordem sexual, étnico-racial e econômica.¹⁰ Nesse contexto de formação dos estudantes, foi bastante útil o estudo dos textos de Rosenberg e Michel, que conduziam os estudantes a desautomatizar seu olhar sobre a sociedade, perceber as ideologias correntes quanto aos papéis de homens e mulheres, transformar visões sobre eles próprios como homens e mulheres, e, também, sobre as possibilidades de intervenção como profissionais de editoração na produção de livros didáticos. Textos acadêmicos posteriores, envolvendo relações de gênero e educação, complementaram a formação dos editores.

O editor que coordena a execução do projeto de um livro didático tem que cuidar de muitos aspectos da produção, entre eles a encomenda e aprovação das ilustrações. Nessa posição de responsabilidade, o editor pode atuar como um comunicador social integral, na medida em que reconheça que as crianças e os jovens têm direito a uma representação não estereotipada e não preconceituosa.

Uma segunda estratégia de ensino, bastante produtiva na formação dos futuros editores de livros didáticos, consistiu em contrastar os didáticos brasileiros com obras em que a pessoa responsável pela edição empenhou-se em obter a produção de ilustrações desprovidas ao máximo de preconceitos e estereótipos. Nesse trabalho, foram particularmente importantes os livros paradidáticos da série "Vamos explorar

¹⁰ A disciplina buscava ainda dar um visão da interferência do Estado no processo de produção dos livros didáticos no contexto capitalista corrente e iluminar os outros participantes com poder de decisão (empresas editoras e livrarias, autores, órgãos governamentais de âmbito estadual, especialistas e instituições avaliadoras). A disciplina desenvolvia crítica da avaliação dos livros didáticos pelo governo federal e, a partir de 1996, com a publicação do *Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª série: livros recomendados 1996* (MEC/SEF/FAE/CENPED, 1996), passou a examinar mais sistematicamente o processo, os agentes das comissões de avaliação e os critérios de avaliação.

ciências", editados em tradução brasileira pela Ática em 1995 ¹¹. Os oito livros originais foram publicados em 1993, pela Dorling Kindersley Book (de Londres), e envolvem propostas de atividades para crianças sobre a água, a luz, o som, o ar, o equilíbrio, os seres vivos etc. As crianças aparecem em fotografias e a representação garante equilíbrio numérico de gênero, representação de cores-etnias, participação igualitária nas atividades. Estão também incluídas crianças canhotas, com óculos e com deficiência de locomoção.

4. Com a participação de adolescentes, projeto de extensão transmite, pelo rádio, informações sobre feminismo

Profa. Cláudia Lahni

Atuações

Trabalhamos com comunicação e relações de gênero no ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No ensino, na graduação, debatemos o tema na disciplina Comunicação Comunitária; por um período de quase dois anos, utilizamos a linguagem não sexista na produção do jornal laboratório, feito por estudantes da Faculdade de Comunicação.

Na pós-graduação, no curso de especialização Mídia, Globalização e Cidadania, com a professora Nair Barbosa Guedes, da Faculdade de Serviço Social, ministramos a disciplina Mídia e Relações de Gênero – elaborada a partir de nossas pesquisas no Mestrado. Também em conjunto, em 2002, desenvolvemos um projeto de extensão chamado Teoria e Prática pela Emancipação Feminina, que consistia na realização de debates, palestras e outras ações sobre o tema.

Na pesquisa, além de nossos trabalhos, orientamos monografias de graduação, pós e iniciação científica sobre comunicação e relações de gênero. Na extensão, desde 2001, realizamos o Programa de Mulher. Atualmente, tal projeto faz parte do UFJF – Território de Oportunidades.

Este texto apresenta uma reflexão sobre a experiência inicial da participação do Programa de Mulher no projeto UFJF - Território de Oportunidades. O Programa de

¹¹ Os autores da série são Claudette Williams (uma mulher negra, conforme foto na 4ª capa), conferencista na School of Teaching Studies da University of North London, e David Evans (homem branco), inspetor na área de Ciências do Hampshire Local Education Authority.

Mulher é um projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se de um informativo semanal feminista, transmitido por uma rádio comunitária da cidade de Juiz de Fora (MG). O UFJF - Território de Oportunidades é um programa de extensão da Universidade, que reúne atividades de diversos cursos com o objetivo de atender a estudantes de escolas públicas do entorno do Campus.

Notícias sobre os movimentos: feminista, negro, entre outros, e a atuação feminina em variadas áreas são temas do Programa de Mulher. O informativo, que conta com o trabalho de uma bolsista e três voluntárias, alunas da Faculdade de Comunicação da UFJF, transmite debates e encaminhamentos da Marcha Mundial das Mulheres (ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista) e de entidades organizadas no município, como a Associação Genilda Portela – Casa de Nininha e a Associação de Mulheres Negras Chica da Silva. Assim, apresenta uma mulher ativa, profissional, cidadã, diferente do que em geral é veiculado pelos meios de comunicação de massa. Esse formato do Programa de Mulher tem similares, produzidos no Brasil e na América Latina, quase sempre colocados no ar por emissoras alternativas, como aponta a pesquisadora Maria Cristina Mata (1997).

A participação do Programa de Mulher no UFJF - Território de Oportunidades consiste em incorporar, à sua produção, adolescentes atendidas pelo projeto. Elas têm aulas sobre a história e técnicas do rádio, tipos de emissoras e experiências alternativas de rádio. Também participam de conversas e debates a respeito da presença da mulher na sociedade e na comunicação. Fazem, ainda, reportagens, entrevistas e locução.

A proposta de orientar adolescentes para a produção de programas radiofônicos, visando contribuir com sua educação e exercício da cidadania, não é inovadora. Como exemplo, em São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), sob a coordenação do professor Ismar de Oliveira Soares, da ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), foi implantado o Educom.Rádio, que atendia estudantes do ensino fundamental do município (Soares, 2003).

A participação do Programa de Mulher no UFJF - Território de Oportunidades apresenta como diferencial a ação protagonista de adolescentes em um informativo radiofônico feminista. A seguir, apresentamos atividades desenvolvidas pelas adolescentes do UFJF - Território de Oportunidades no Programa de Mulher.

Programa de Mulher no UFJF - Território de Oportunidades

O UFJF - Território de Oportunidades é um programa de extensão da Universidade, que reúne atividades de projetos de extensão, de diversos cursos, com o

objetivo de atender a estudantes de escolas públicas do entorno do Campus. Foi elaborado em maio de 2004, pelas professoras Maria Carolina R. Portella e Maria Aparecida Tardin Cassab, da Faculdade de Serviço Social, que o coordenam. No segundo semestre, o Programa de Mulher, através desta autora, foi convidado a integrar o UFJF – Território de Oportunidades, que passou a desenvolver atividades com 29 adolescentes em abril de 2005.

A proposta inicial apresentada foi a seguinte: acolher para o trabalho, dentro do Programa de Mulher, duas adolescentes do UFJF – Território de Oportunidades, durante dois meses, cumprindo quatro horas por semana - no total de oito meses, trabalhando, portanto, com oito adolescentes no ano. Essas quatro horas por semana seriam usadas pelas adolescentes para acompanhamento e participação na gravação e edição em estúdio (2 horas) do Programa de Mulher, aulas da coordenadora para as adolescentes (1 hora) e acompanhamento da bolsista ou das voluntárias para a realização de entrevistas ou cobertura jornalística de eventos como palestras, debates e outros (1 hora) – tal atividade depois passaria a ser feita pelas adolescentes sem a presença de alunas da graduação. Essa última hora também poderia ser usada para acompanhamento da bolsista ou voluntárias na veiculação do informativo junto ao Juiz de Fora nos Trilhos da Paz¹², ou junto à rádio comunitária ou, ainda, na escola das adolescentes. O horário definido foi quarta-feira, das 13 às 16 horas – e mais uma hora a combinar toda semana. Quanto ao conteúdo de aulas da coordenadora para as adolescentes, incluiriam os seguintes temas:

- 1) desmistificação dos meios de comunicação de massa (m.c.m.);
- 2) história do rádio;
- 3) formas alternativas de rádio – as emissoras comunitárias;
- 4) rádios comunitárias na cidade, no bairro da adolescente;
- 5) técnicas de rádio;
- 6) a mulher na sociedade;
- 7) a mulher nos m.c.m.;
- 8) comunicação feminista.

¹² Projeto da Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que atende alunas de escolas de bairros, oferecendo aulas de Hip-Hop, capoeira e outras. O Programa de Mulher foi apresentado e debatido em aulas de Hip-Hop, ministradas por membros da PZP (Posse de Cultura Hip Hop Zumbi dos Palmares).

O que é bom e o que precisa ser mudado

Nesse percurso inicial da participação do Programa de Mulher no UFJF – Território de Oportunidades, já tivemos a grata manifestação das alunas da primeira turma no sentido de continuar no rádio. Avaliamos que a atitude indica que estamos atendendo às expectativas.

Uma das adolescentes que tem feito a locução do informativo contou, à equipe do projeto, que por duas semanas seguidas ela e família se reuniram em torno do aparelho de rádio, para ouvir sua participação, que foi tema de conversa.

Quanto às próximas turmas, agora já em atividade no Programa de Mulher, realizamos para elas duas tardes de palestras sobre os temas de aulas previstas, feitas pela coordenadora. Isso porque, tendo uma parte das adolescentes já em prática, é complicado, ao mesmo tempo, passar para as demais o conteúdo expositivo e de debate que, entretanto, consideramos necessário.

Do que foi apresentado como proposta de trabalho, quase não foi possível às adolescentes acompanhar as alunas da graduação em entrevistas, coberturas de eventos e visitas à rádio comunitária. Isso implica em conciliar horários, o que é muito difícil, porque as adolescentes, naqueles momentos que poderiam estar vagos e ser ocupados com tais atividades, têm que cuidar da casa, dos irmãos mais novos, da roupa, da comida. Dessa forma, avaliamos que as políticas públicas para as mulheres, incluindo creches, lavanderias coletivas e outras reivindicações antigas do movimento feminista, precisam ser implantadas.

Ensino, extensão e políticas públicas

Programa de Mulher no UFJF – Território de Oportunidades é uma experiência diferente, por trabalhar com adolescentes em um programa de rádio feminista, que trata dos movimentos populares em geral e de assuntos das comunidades abrangidas pela emissora. A situação da mulher na sociedade e na comunicação é tema de conversa (e reflexão) em todo dia de atividade, ainda que não seja tema explícito de matéria do informativo.

O encontro das alunas da graduação com as do ensino médio tem, certamente, gerado aprendizado para todas. As graduandas muitas vezes ensinam a prática de rádio para as adolescentes e, com isso, como aponta Paulo Freire (1978), aprendem mais. Por outro lado, as acadêmicas aprendem com essa outra realidade vivida pelas estudantes do ensino médio, e oriundas das classes populares,.

A experiência também mostra que é necessário ter políticas públicas para melhorar a vida das mulheres. É preciso que se busque a divisão das tarefas da casa e do cuidado com os filhos, mas que, em paralelo, se tenha equipamentos coletivos, como lavanderias, cozinhas, para facilitar a vida de todas e todos, pois ainda hoje, além das mulheres, muitas adolescentes têm que cumprir dupla jornada, estudando, participando de projetos e, na hora que poderia ser do lazer, cuidando da casa, da roupa, dos irmãos.

Referências bibliográficas (alice)

- BEAUVOIR. Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sergio Milliet, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, 2 vol.
- BOCCHINI, Maria Otília. Valores Conservadores em *Ana Maria e Viva Mais*, In: Maria Lúcia Silveira e Nalu Faria. *Mulheres, Corpo e Saúde*, São Paulo, Cadernos Sempreviva, 2000.
- BOCCHINI, Maria Otília. *Formação de Redatores para a Produção de Textos Acessíveis a Leitores pouco Proficientes. o caso de Mulher e Saúde, Boletim do SOF na Luta pela Saúde das Mulheres*. São Paulo, ECA-USP, 1994.
- BOIX, Montserrat. Feminismos, Comunicación y Tecnologías de la Información. http://www.mujiresenred.net/m_boix-feminismo_y_comunicacion.html.
- BONACCHI. Gabriella; GROPPi, Angela (org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CRIADO, Alex. Repórteres pioneiras: Resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral, São Paulo, ECA-USP, 2000. (dissertação de mestrado).
- GUTIERREZ. Rachel. *O feminismo é um humanismo. O sentido libertário da luta da mulher*. Rio de Janeiro, Edições Antares, São Paulo, Nobel, 1985.
- HELLER. Agnes. *O cotidiano e a história*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- LÉON, Victoria Séndon de. Retos del feminismo ante el siglo XXI, conferência pronunciada em Toledo, em 14 de fevereiro de 2001 e registrada em: www.nodo50.org/mujeresred/victoria_sendon-feminismos_sigloXXI.html.
- KOSHIYAMA. Alice Mitika. *Carmen da Silva na história do jornalismo feminino e feminista*, texto do GT - História e Comunicação, 1996, Londrina, XIX Congresso da Intercom.
- _____. *Communication, identité et citoyenneté féminine dans la culture globale: actualité du passé*: in ACTES DU IV^{ème} Colloque France-Brésil des Chercheurs en Communication - PRATIQUES CULTURELLES COMMUNICATION ET CITOYENNETE, Grenoble, 1998, pp..269-276.
- _____. *Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira*, paper do XXIV Congresso da INTERCOM, Campo Grande, Mato Grosso, 2001.
- MELO, Hildete Pereira de. & Schuma Schumacher. Feminismo pós-1975. A segunda onda feminista no Brasil. In *Dicionário Mulheres do Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000. pp.229-239.
- _____. *O Melhor de Carmen da Silva*. Seleção de Júlia Tavares, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

Sites da internet:

<http://www.agende.org.br/>

<http://www.assediomoral.org>

<http://www.cfemea.org.br/>

<http://www.catholicsonline.org.br/>

<http://www.catolicasonline.org.br/>
<http://www.sof.org.br/>
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>
Portal Violência Contra a Mulher:
<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/index.shtml>
<http://www.mujiresenred.net>

Referências bibliográficas (Otilia)

BELOTTI, Elena Gianini. 5ªed. *Educar para a submissão: o descondicionalismo da mulher*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1985 (1ªed 1975, com o título *O descondicionalismo da mulher*)

BOCCHINI, Maria Otilia. Relações de gênero em livros didáticos. *Folha Feminista*. Set 2001, nº 27, p1-2

MEC/SEF/FAE/CENPEC. *Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries: livros recomendados 1996*. Brasília, MEC, 1996

MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. Trad. Zuleika Alembert e Violette Nagib Amary. São Paulo/Paris, Conselho Estadual da Condição Feminina/Unesco, 1989

ROSEMBERG, Fúlvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global, 1985

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*. Vol 9, nº 2, 2001

WHITAKER, Dulce. *Homem & mulher: o mito da desigualdade*. São Paulo, Moderna, 1988.

Referências bibliográficas (Cláudia)

ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves. *Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau*. São Paulo, Anablume, 1999.

BRAZIL, Érico Vital e SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

CORRAL, Thais e GUILHON, Madalena (org.). *Fazendo gênero no rádio*. Rio de Janeiro, Cemina, 1998.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

HERMOSILLA, Maria Elena e KAPLÚN, Mario. *La educacion para los medios en la formacion del comunicador social*. Montevideo, Fundacion de Cultura Universitaria, Unesco, 1987.

LAHNI, Cláudia Regina. A saúde no “Programa de mulher”: rádio comunitária veicula informações sobre saúde. In: FUSER, Bruno (org.). *Comunicação alternativa: cenários e perspectivas*. Campinas, Centro de Memória da Unicamp e PUC-Campinas, 2005.

MATA, Maria Cristina (coord.). *Mulher e rádio popular*. São Paulo, Paulinas, 1997.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e cidadania: a construção de um campo a partir da prática social. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira de e PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação para a cidadania*. Salvador e São Paulo, Uneb (Universidade do Estado da Bahia) e Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), 2003, p. 265-283.